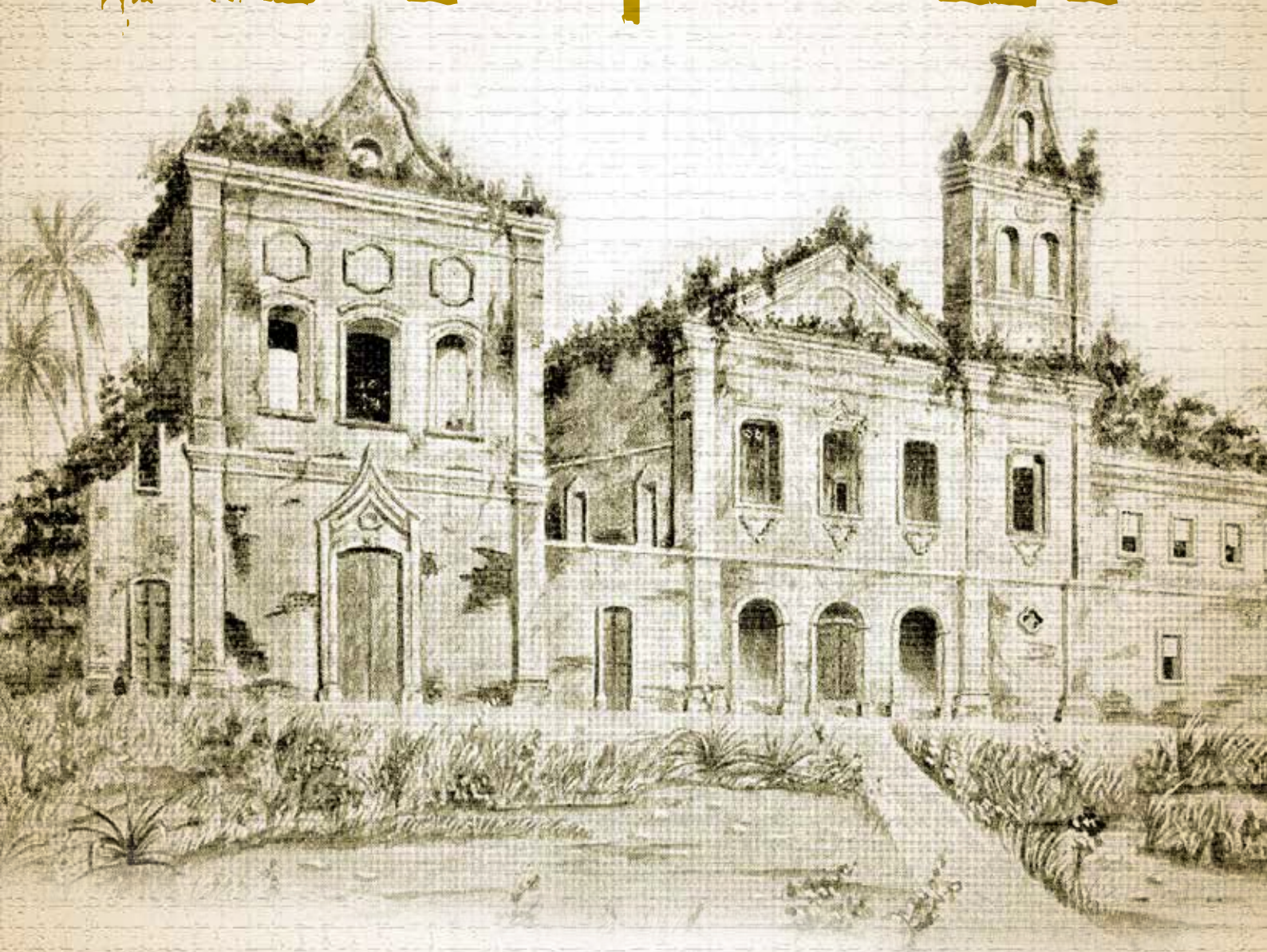


Pedras que falam



AS RUÍNAS DO CONVENTO SÃO BOAVENTURA DE MACACU

Frei Sandro Roberto da Costa, ofm



FREI SANDRO ROBERTO DA COSTA, professor do Instituto Teológico Franciscano (ITF), onde leciona História da Igreja, e Coordenador do Departamento de História Franciscana (DEHIF) da Família Franciscana do Brasil, é doutor em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma.

Sumário

■ Os franciscanos no Brasil	4
■ Situando o Convento São Boaventura no seu contexto.....	5
■ Os franciscanos no Rio de Janeiro	6
■ Primeiros franciscanos em Macacu	7
■ Doação do terreno.....	8
■ A construção do convento.....	11
■ Atividades dos franciscanos em Macacu e região.....	13
■ O Noviciado	16
■ A Vila de Santo Antônio de Sá e o convento São Boaventura durante o século XVIII.....	17
■ O desenvolvimento econômico da Vila.....	19
■ A reconstrução do convento	22
■ A decadência	22
■ Conclusão	26
■ Bibliografia	27

Pedras que falam

as ruínas do convento São Boaventura de Macacu

Frei Sandro Roberto da Costa, ofm

Introdução

Musgos e líquens avançam por sobre as pedras. Plantas e ervas daninhas brotam entre as frestas, ocupando silenciosamente os espaços, quase a querer conquistar de volta à natureza os elementos que um dia dela foram retirados. Aquele que foi um dos mais belos edifícios religiosos da baía da Guanabara, aos poucos vai cedendo ao tempo, às intempéries, às investidas do clima. Por detrás das pedras feridas pelas rugas do tempo, ainda pode-se perceber a beleza do conjunto, a harmonia dos traços, a leveza na composição, que só espíritos elevados são capazes de criar. A isto chama-se arte.

A análise da história de um determinado monumento, seja ele religioso ou não, está intrinsecamente ligada ao conhecimento do contexto que gerou aquela obra. Assim, no estudo da história do convento São Boaventura de Macacu, somos movidos por alguns questionamentos: o que motivou a construção do convento? Qual era sua finalidade? Ela se justificou? Como foi possível que num ambiente pobre e hostil, tenha-se conseguido

construir algo tão majestoso? A preservação das estruturas físicas de um monumento é importante. Mas também é necessário resgatar e preservar a memória das pessoas que o trouxeram à luz. Homens e mulheres movidos por altos ideais, movidos por interesses, movidos pela necessidade de sobrevivência: senhores da elite local, religiosos franciscanos, escravos, índios, negros, a maior parte da população livre, mas pobre e desamparada. Os documentos escritos dão voz aos vencedores da história. O convento de São Boaventura, no entanto, é a voz de todos aqueles que o trouxeram à luz. Suas pedras falam dos índios que perderam suas terras, falam dos escravos submetidos à mais dura servidão, falam de homens e mulheres com seus sonhos, sua fé, suas esperanças, decepções e alegrias. Falam, sobretudo, das vidas ali vividas, das histórias construídas, dos dramas e das tramas tecidas nas teias das relações. Relações humanas e, por isso, marcadas pela ambiguidade, onde a injustiça e a exploração caminham lado a lado com os mais nobres ideais, brotados da fé, do sonho e da devoção. Sentimentos que permitiram aos homens e mulheres daquele e de todos os tempos, domar a natureza e transformar pedras em obra de arte.

As ruínas do Convento São Boaventura possibilitam uma ampla gama de abordagens, a partir de uma vasta possibilidade de conhecimentos: a antropologia, a sociologia, a geografia, a arquitetura, a história, a ecologia, entre outros. Nosso campo é a história. Neste artigo, além de nos valermos de algumas obras clássicas sobre o convento e a presença franciscana na região, buscamos alicerçar nossa exposição em fontes oferecidas por outras ciências humanas. Assim, num diálogo interdisciplinar, procuramos ouvir o que aquelas pedras nos dizem, sobre a vida dos homens e mulheres que um dia sonharam e realizaram esta majestosa construção.

1. Os franciscanos no Brasil

A presença dos franciscanos em terra brasileiras data dos primeiros instantes em que as caravelas lusitanas aportaram nas praias de Porto Seguro¹. Nas naveas viajavam vários frades, entre eles o superior do grupo e mais conhecido, frei Henrique de Coimbra. Esse efêmero contato inaugurou uma presença que, durante todo o século XVI, vai testemunhar a presença dos filhos do *Poverello*, de modo esporádico, mas quase constante. Diga-se de passagem que, até 1549, ano da chegada dos jesuítas, vários grupos de franciscanos já haviam deixado suas marcas nas areias das praias brasileiras. Até a instalação definitiva da Ordem, em 1585, vários outros grupos vão se suceder.

A instalação definitiva acontece em Pernambuco, com a fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, dependente da Província portuguesa de Santo Antônio dos Currais. No Brasil a Ordem vai seguir a rápida expansão da colônia. Aumentava o número de

¹ Quando falamos aqui de *franciscanos*, nos referimos especificamente aos frades da Ordem dos Frades Menores (OFM), um dos três ramos da primeira Ordem que é composta também dos Franciscanos Conventuais e dos Capuchinhos.

habitantes, as povoações se expandiam para o interior, aumentava, conseqüentemente, o número de frades e conventos, e as distâncias a serem percorridas entre eles. Em meados de 1600 ficou claro que era imprescindível a divisão administrativa da entidade. Assim, em 1647 a Custódia de Santo Antônio do Brasil tornou-se Custódia independente da Província de Portugal. Em 1659 era criada a Custódia da Imaculada Conceição, formada pelos conventos e hospícios que iam do Espírito Santo até o sul do Brasil. Em 1675, no dia 19 de julho, a Custódia da Imaculada foi declarada Província autônoma, com o nome de “Província de Nossa senhora da Conceição”, com sede no convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, na passagem do século XVI para o XVII, era o retrato do desenvolvimento econômico e social que tomava conta do Brasil. Já nas suas primeiras décadas de existência, a pequena povoação fluminense expandia-se para além do recôncavo. A Serra dos Órgãos, verdadeira muralha a impedir o avanço para além-montes, aos poucos deixava de ser o limite.

2. Situando o Convento São Boaventura no seu contexto

Nos idos de 1500, navegando até os confins da baía da Guanabara, entrando pelo rio Macacu, chegava-se a uma planície, tendo de um lado o rio Macacu, e de outro o rio Casserebu². A região era habitada por tribos de várias etnias, destacando-se os Botocudos e os Tamoios ou Tupinambás. Com a expulsão dos franceses e conquista da cidade do Rio de Janeiro, a região começa a ser percorrida por exploradores e aventureiros: o Macacu era o rio mais caudaloso da região, permitia a penetração para o interior, por causa de seus inúmeros afluentes, e era próximo da cidade recém-conquistada.

A distribuição de terras pela Coroa se dava pelo sistema de “Sesmarias”. Com relação à planície do Casserebu e Macacu, Monsenhor Pizarro, um dos principais informantes do período colonial, informa que a primeira sesmaria no sertão do Macacu foi doada por Mem de Sá em 1567, a Miguel de Moura³. Miguel de Moura era secretário particular de D. Sebastião, morava em Portugal e nunca veio ao Brasil. “A sesmaria possuía quatro léguas de comprimento por três de largura, com o Macacu correndo ao meio”, totalizando

² Cassarebu, Casserebu, Cassarabu, Caciribu: a grafia é variável, dependendo do documento: “A tradição refere que o nome de Cassarabu, dado ao rio assim chamado, fora precedido do fato seguinte: que caindo nesse rio uma faca, ou outro semelhante instrumento, a que os índios chamavam ‘Casará’, e querendo eles significar ‘queda’, ou ‘mergulho no rio’, o que faziam pelo termo ‘bu’, disseram ‘Cassarabu’, cujos termos proferidos por pessoas pouco cientes, ou vulgares, fizeram, juntamente por corrupção, a palavra ou nome de ‘Cassarabu’. E porque a Ermida de S. Antônio era pouco distante deste rio, nessa razão intitularam a Ermida, e depois a Freguesia de Santo Antônio de Cassarabu”. PIZARRO, José de Souza Azevedo, *O Rio de Janeiro nas visitas Pastorais de monsenhor Pizarro, Inventário de arte sacra fluminense*, vol. II, Rio de Janeiro, 2008, 159. A partir daqui será citado apenas Pizarro.

³ PIZARRO, José de Souza Azevedo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Vol. II, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1945, 146-158. A maior parte das informações sobre a ocupação e fundação da Vila de Macacu encontra-se nesta obra do Monsenhor Pizarro.

261,36 Km quadrados. Foi “a mais vasta doação de terras que até então se fizera no Rio de Janeiro”⁴. Ora, o Rio de Janeiro havia sido conquistado a ferro e fogo na luta contra os franceses e Tamoios, apenas dois anos antes. A sesmária cedida a Miguel de Moura, como já acenamos, era reduto, entre outros povos, dos Tamoios. Estes certamente não receberiam os novos “proprietários” de braços abertos⁵. No dia seis de julho de 1571 iniciaram-se as medições. Encontrou-se no território tribos indígenas Tapocorá e Morahasey, cujo cacique se chamava Boissininga⁶. A terra teria que ser conquistada a sangue. Segundo os estatutos que ordenavam a concessão de Sesmarias, se o sesmeiro não fizesse a terra produzir dentro de um determinado tempo, elas voltariam à Coroa. Em 18 de outubro de 1571 Miguel de Moura fazia a doação das terras aos Jesuítas. Estes, por sua vez, venderam várias partes do terreno, uma delas a Manuel Fernandes Osouro e sua esposa, Isabel Martins. Em 1612 os novos proprietários erigiram uma pequena capela dedicada a Santo Antônio. A origem desta capela está ligada à presença dos franciscanos na região.

3. Os franciscanos no Rio de Janeiro

Nos inícios de 1592 aportavam na cidade do Rio de Janeiro os frades franciscanos Antônio do Mártires e Antônio das Chagas, vindos da Vila de Vitória, no Espírito Santo, para procurar um local propício à instalação de um convento franciscano. O local escolhido foi a ermida de Santa Luzia, então aos pés do Morro do Castelo, em frente à praia do Flamengo⁷. Feita a doação, os frades não tomaram posse de imediato da propriedade, retornando a Vitória. A 10 de fevereiro de 1607 chegava ao Rio de Janeiro um novo grupo de frades, desta vez capitaneados pelo próprio Custódio, frei Leonardo de Jesus. O lugar anteriormente escolhido e doado não agradou a estes frades. Foi feita uma nova doação, do Morro do Carmo, assim denominado por pertencer aos Carmelitas. A escritura de doação foi assinada a 19 de abril de 1607. Já no dia 25 de abril os frades mudavam-se para uma construção provisória, um modesto recolhimento, com claustro e capela, aos pés do morro, de onde podiam supervisionar as obras do futuro convento. No dia 04 de junho de 1608 foi feita a cerimônia de lançamento da pedra fundamental. As obras iniciaram imediatamente. Irmãos pedreiros, carpinteiros, mestres-de-obras, junto com os escravos

⁴ http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_4.pdf. Acessado dia 06 de dezembro de 2013. Não custa lembrar que nos inícios da ocupação pelos portugueses do Rio de Janeiro as estradas eram os rios. Assim, o Macacu, o Casserebu, o Guapi-açu e outros rios da baía eram importantes vias de comunicação e contato com regiões remotas: “Durante a época colonial, o rio Macacu foi um importante eixo de comunicação por ser um dos caminhos de acesso ao norte do atual estado do Rio de Janeiro (Cantagalo, Nova Friburgo), ao sul de Minas e à região dos Lagos. Durante a primeira metade do século XVIII foi um dos caminhos para o contrabando do ouro, que era desviado dos caminhos mais diretos e controlados pela Coroa, mas a maior parte do vale do Macacu permaneceu despovoada até o século XIX”. In <http://acd.ufjf.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>, acessado dia 07 de dezembro de 2013. Hoje a hidrografia da região está toda modificada, depois de várias intervenções humanas, iniciadas ainda no tempo da colônia, visando drenar as várzeas e possibilitar uma melhor ocupação dos espaços.

⁵ A região das lagunas da baía da Guanabara era povoada por nativos de várias etnias, como os Botocudo e os Tupinambá ou Tamoios. A Serra dos Órgãos, que delimitava a região do Macacu, era território dos Guarus ou Guarulhos.

⁶ Informações em PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas Pastorais...*, oc., 144ss.

⁷ No local ainda existe uma igreja dedicada a Santa Luzia, de construção mais tardia.

e índios, desdobravam-se na construção daquele que um dia iria constituir-se num dos mais belos exemplares de arquitetura sacra da cidade do Rio de Janeiro. O material para os alicerces era conseguido nas redondezas. A pedra estava ao alcance das mãos, no topo do morro, onde, providencialmente, os frades encontraram uma pedreira. A madeira era trazida de longe, dos confins da baía, nas áreas da foz dos rios Macacu e Casserebu, onde abundavam as florestas verdejantes.

4. Primeiros franciscanos em Macacu

No pequeno povoado existente em inícios de 1600 nas planícies dos rios Macacu e Casserebu, a extração de madeira figurava, ao lado de outras atividades agrícolas, como um dos principais meios de subsistência dos moradores. Como afirma uma fonte: “o comércio de madeiras representava uma apreciável riqueza, pela excelência das espécies existentes nas matas do município, aplicadas em variadas obras civis e hidráulicas”⁸. A atividade madeireira na região data dos primeiros anos de contato dos portugueses com a baía da Guanabara. O próprio nome do rio seria por causa de uma árvore homônima, hoje extinta, que “teve larga aplicação na construção de embarcações costeiras, pontes e casas durante o período colonial”⁹.

As obras do convento Santo Antônio, iniciadas em 1608, avançaram lentamente. No dia 08 de fevereiro de 1615 foi celebrada a primeira missa na igreja do novo convento. Esta ainda não estava de todo terminada, faltando ainda concluir as paredes e colocar o telhado. Precisando os franciscanos de madeira, era natural que se dirigissem a Macacu. O irmão leigo frei Jorge de São Pedro era o responsável pelas obras de carpintaria. “Frei Francisco de Santa Cruz andava pelo distrito de Macacu, a pedir madeira”. Nestas andanças, o religioso teria testemunhado o abandono religioso da população, e por isso recomendou ao povo: “que fizesse uma capela a Santo Antônio e predisse que mais tarde teria um bom convento franciscano...”¹⁰. Certamente os proprietários da região, Manuel Osouro e sua mulher Isabel Martins, tiveram contato com os franciscanos. Assim, se não podemos afirmar com certeza que foram os franciscanos que construíram a primeira capela da povoação, ao menos não podemos negar que foram os inspiradores e incentivadores. Além da construção da capela, Manuel Osouro e sua mulher também doaram um pequeno terreno, totalizando cerca de mil metros, a maior parte atrás da capela, além de doarem as alfaias para a igreja¹¹.

⁸ CABRAL, Diogo de Carvalho, *A bacia hidrográfica como unidade de análise*, in Revista de História Regional 12(1): 133-162, 2007, 147.

⁹ IDEM.

¹⁰ ROWER, Basílio, *O Convento de santo Antônio do Rio de Janeiro*, Zahar, 4ª. Edição, 2008, 35. Primeira edição: 1937.

¹¹ Monsenhor Pizarro, escrevendo em finais do século XVIII afirma: “Havia então, pelos anos de 1612, neste lugar uma pequena Ermida do título de Santo Antônio, que tinha sido fundada por Manuel Fernandes Ozouro, senhor

Aos poucos a população local foi aumentando, formando um pequeno arraial. Em 1647, o curato foi elevado à categoria de paróquia, estendendo-se a então freguesia de Santo Antônio de Casserebu dez léguas para o norte.

5. Doação do terreno

Em fevereiro de 1649 celebrava-se, no convento de São Francisco, na Bahia, o primeiro Capítulo da Custódia Independente de Santo Antônio do Brasil. Um dos assuntos discutidos foi sobre a construção de um convento no povoado de Santo Antônio de Macacu, no Rio de Janeiro, “pedido insistentemente” pelos moradores¹². Os capitulares anuíram, desde que o próprio Custódio desse a palavra final, após conhecer o local. Assim, nos meses seguintes o Custódio frei João Batista, às vésperas de completar 80 anos, fez, a pé, como mandava a Regra Franciscana, sua viagem do nordeste até os conventos do sul. Hospedado no convento Santo Antônio do Rio, foi visitar a localidade de Santo Antônio de Macacu, no dia 22 de agosto de 1649. O documento de doação lavrado em 1650 faz menção a esta visita, e nos dá algumas informações importantes. Os frades foram à “freguesia de Santo Antônio de Cassarabu, a petição e pidimento (sic) dos moradores dela”, para “edificarem convento de sua Ordem na dita freguesia para glória, e serviço de Deus Nosso Senhor, Salvação das almas e aumento de nossa Santa Fé Católica”¹³. Além do Custódio estiveram presentes o guardião do convento Santo Antônio, frei Sebastião do Espírito Santo, que, após a morte de frei João Batista vai ser eleito Custódio, frei João da Purificação, e frei Antônio de Jesus, discretos do convento Santo Antônio do Rio¹⁴, frei Jacome da Purificação, Secretário da Custódia de Santo Antônio do Brasil, frei Geraldo dos Santos, confessor, e os irmãos frei Pedro do Rosário e frei Simão do Salvador.

Após a visita ficou definitivamente acertada a fundação. Foi constituída uma fraternidade para o local, com frei Geraldo dos Santos como superior, e deu-se início à constru-

daquelas terras, por compra feita aos Padres da Companhia de Jesus...”; afirma ainda que, em 1624 Manuel Fernandes doou à capela uma quantidade de terras (350 braças, depois mais 100). O administrador da Diocese, Antônio de Marins Loureiro, aos 30 de dezembro de 1644 transformou a freguesia em paróquia, desmembrando-a da Candelária. A confirmação veio por Alvará Régio de 10 de fevereiro de 1647. O título da Paróquia é Santo Antônio de Casserebu. Cfr. PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas...*, 143. A cessão de um patrimônio a uma capela ou igreja era uma das formas de povoamento do Brasil colonial. O proprietário da terra cedia determinadas glebas que poderiam ser ocupadas por aqueles que quisessem habitar no local e não fossem proprietários. A cessão da propriedade, no entanto, se fazia ao orago da capela que já existia ou seria ereta no local. A Igreja, em nome do padroeiro, iria administrar o patrimônio e receber determinada renda. Para isto era fundada uma irmandade. Era um modo de garantir à igreja a renda necessária à manutenção do culto com o decoro exigido. No caso de Casserebu, foi fundada a Irmandade de Santo Antônio.

¹² Frei Basílio Rower cita um documento que afirma que os frades foram a Macacu a pedido do Pároco do local: “O convento de São Boaventura, vulgo Cassarebu, foi pedido a instâncias do R. P. Bartolomeu Simões Pereira, da Paróquia chamada de S. Antônio de Cassarebu e de todo o povo...”. ROWER, Basílio, *Páginas de história Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957, 162.

¹³ O documento de doação encontra-se transcrito em ROWER, *Páginas...*, 164-165.

¹⁴ O “discretório” é um conselho de frades que deve auxiliar o guardião (superior) nas decisões.

ção de uma moradia provisória, uma espécie de “recolhimento”, com capela, dormitório e um pequeno claustro, enquanto iam sendo feitos os preparativos para uma construção definitiva. Prova da existência desta fraternidade e da construção deste primitivo recolhimento é um outro documento de 21 de abril de 1650, intitulado “Condições com que se deu o sítio de Cassarebu”, que relata uma reunião realizada “neste convento de Cassarabu”, com os frades “moradores deste convento”, além de se referir “aos religiosos moradores do sobredito convento”. Este “convento” é, na verdade, o primitivo recolhimento provisório construído pelos frades¹⁵. A reunião foi realizada entre os frades que já moravam ali, na presença do novo Custódio, frei Sebastião do Espírito Santo, e do Capitão João Gomes Sardinha¹⁶. O objetivo era discutir as condições em que se daria a doação de um terreno para a construção do futuro convento¹⁷. O documento passa a descrever os limites do terreno a ser doado, além de delimitar um espaço cercado de muro para horta, dentro do qual existiam uma fonte d’água e dois poços. A condição proposta pelo doador é que, se ele pudesse construir uma igreja “de pedra e cal”, além de decorá-la segundo o que determinassem os frades, e se encarregasse de sua manutenção, ele e seus herdeiros deveriam ser enterrados aos pés do altar-mór da referida capela¹⁸. E, numa eventual venda

15 Monsenhor Pizarro afirma que o convento foi “princiado a fundar em 20 de novembro de 1648”. Não sabemos a origem desta data. Podemos conjecturar que, antes de fevereiro de 1649, quando o governo da Custódia vai discutir sobre a conveniência da instalação de um convento no local, os frades do Convento Santo Antônio, que já andavam pela região, tenham instalado uma residência provisória no local. Como não temos outros documentos, ficamos no campo das conjecturas. PIZARRO, *Memórias Históricas...*, 153-154.

16 A escritura de doação vai mencionar também a presença da esposa de João Gomes, Margarida Antunes.

17 Apesar de longo, transcrevemos este importante documento, atualizando a ortografia: “Condições com que se deu o sítio de Cassarebu. Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscientos e cinquenta aos vinte e um dias do mês de abril em este convento de São Boaventura de Cassarebu, estando os religiosos dele moradores em plena Comunidade, o irmão Custodio frei Sebastião do Espírito Santo lhes propôs em como o Capitão João Gomes Sardinha nos dava graciosamente toda a terra que fosse necessária para este novo convento e que além da cerca, que pedíamos cerca de pedra e cal, dava ainda fora dela toda a terra que ficasse do caminho do carro vindo da parte da vala ao redor deste outeiro até intentar com a cerca, que entrasse pelo brejo, tudo o que for necessário para se fazer a horta, ficando o muro pela parte da Matriz de sorte que nos fique dentro da cerca a fonte de água e dois poços, que estão diante dela correndo o muro direito por enquadro por encima à rua direita que fica de frente da porta do convento, e igreja, que ora ser faz de novo; e que reservava para si somente a sepultura do meio do Cruzeiro entre o Arco e grade da Igreja, que se fizer de pedra e cal em o convento que se houver de fazer depois deste que de presente há; e sendo Nosso Senhor servido levá-lo antes de se fazer o dito convento, seja depositado seu corpo neste convento que agora há no mesmo lugar do Cruzeiro para a seu tempo se transferir ao outro convento, que assina: e queria que este jazigo fosse perpétuo seu, e de todos os seus herdeiros; e que se ele quisesse fazer a capela do dito convento de pedra e cal, à sua custa com seus retábulos pela ordem que os religiosos lhes dessem, e a sustentasse conforme o Concílio Tridentino dispõe, então seja o seu jazigo ao pé dos degraus do altar mor no meio da Capela, e os religiosos e síndico do convento lho não poderão nunca estovar ou impedir; e dando caso que não quisesse, ou não pudesse fazer a dita capela, e os religiosos a fizessem com as esmolas dos fiéis, e em tempo de sua vida ou de quaisquer herdeiros seus, que pelo tempo adiante houver, se desfizerem dela pelos modos lícitos, e concedidos a sua ordem, seja ele, ou seus herdeiros primeiro afrontados, e dando por ela, o que outrem dá, lha darão a ele, ou a seus herdeiros, o que proposto; como dito é, todos os religiosos vieram em que se aceitasse o sítio que ora graciosamente nos dava, e oferecia, com as condições propostas e de boa mente aceitavam por não serem contra o nosso modo de vida e regra, e se assinaram com o irmão Custodio em o sobredito dia, mês e ano: frei Sebastião do Espírito Santo, Custódio, Fr. Geraldo dos Santos, frei Mateus da Conceição, frei Simão do Salvador, frei Baltazar da Trindade, frei Jacome da Purificação, secretário, que escrevi. O dia seguinte em plena Comunidade tornou o Irmão Custódio Fr. Sebastião do Espírito Santo diante de mim Secretário a perguntar aos religiosos moradores do sobredito convento se vinham e eram de parecer se concedesse o acima dito, disseram todos e cada um por si, que sim, lhe parecia muito bem. E tornando-lhe a fazer a terceira advertência, em plena comunidade disseram que sim lhe parecia muito bem, como tinham dito na primeira e segunda comunidade: em fé do qual me assinei com o irmão Custódio aos 24 do dito mês de abril do mesmo ano acima. Frei Sebastião do Espírito Santo...” (falta a folha com as demais assinaturas e conclusão do termo de doação). *Arquivo Geral da Província da Imaculada Conceição do Brasil*, Gaveta Verde nº. 7, Pasta II: Macacu.

18 Até o século XIX, no Brasil, as sepulturas eram dentro das igrejas. Quanto mais ricas as pessoas, mais próximas do altar eram suas sepulturas. A doação de terrenos e bens às igrejas e ordens religiosas era uma forma de garantir este benefício.

do patrimônio, mesmo que os doadores não tivessem construído a igreja, os herdeiros teriam a preferência na compra das sepulturas. O Custódio concordou “com as condições propostas e de boa mente aceitavam por não serem contra o nosso modo de vida e Regra”. Assinaram o documento o irmão Custódio, frei Sebastião do Espírito Santo, e o Secretário da Custódia frei Jacome da Purificação, além dos frades frei Geraldo dos Santos, frei Mateus da Conceição, frei Simão do Salvador, frei Baltazar da Trindade. Excetuando-se o Custódio e o Secretário, e o irmão leigo frei Simão do Salvador, os demais nomeados eram os frades que compunham a primeira fraternidade do Convento São Boaventura¹⁹. O documento afirma ainda que, no dia seguinte, o Custódio reuniu novamente a comunidade para “perguntar aos religiosos moradores do sobredito convento” se estavam de acordo com a doação e com as condições propostas. Como num ritual, no dia seguinte a comunidade foi reunida de novo, e a pergunta foi repetida. Em ambas as vezes os frades anuíram, e “disseram todos e cada um por si, que sim, lhes parecia muito bem”. O secretário lavrou a Ata com data de 24 de abril.

A doação oficial deu-se cinco dias depois, numa reunião realizada no Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro. Estavam presentes o Custódio, o capitão João Gomes Sardinha, o síndico dos religiosos, Manuel Rodrigues Ferreira e o Tabelião Pero da Costa, que lavrou o documento de doação. Os termos deste documento repetem, em parte, os termos das “Condições”. A diferença é que este é um documento oficial, de valor jurídico. Destaque-se a referência que se faz ao interesse do casal na instalação definitiva dos frades: “o que visto e sabido por todos e pelo Capitão João Gomes Sardinha, e sua mulher Margarida Antunes por ambos juntos movidos com santo zelo do serviço de Deus Nosso Senhor, e bem comum, aumento espiritual, que com os tais religiosos, e religião receberia aquela freguesia”. Note-se também que o terreno é doado à “Sua Santidade”, que o recebe na pessoa do Síndico²⁰. Os frades, pertencentes à reforma alcantarina, que primava pela observância da pobreza, não podiam em absoluto ser proprietários. Podiam ter o que no documento denomina-se “uso simples”: o uso das coisas necessárias à vida e ao trabalho apostólico, sem luxo nem coisas supérfluas.

¹⁹ Frei Simão do Salvador era arquiteto, e como tal acompanhava o Custódio aos locais onde estavam sendo doados os terrenos para a construção dos conventos. Vamos encontrá-lo em São Paulo, em 1640, conduzindo as obras do primeiro recolhimento franciscano naquela cidade, e em Angra dos Reis, entre os responsáveis pela fundação do convento São Bernardino. ROWER, *Páginas...*, 80; 240. Basílio Rower nos informa ainda, sobre a construção do convento de São Bernardino de Angra dos Reis: “Dos dois irmãos leigos que vinham com os padres fundadores, um, Frei Simão do Salvador, era arquiteto. Foi ele que deu o risco para o Convento e dirigiu a obra”. *Idem*, 243. Nessa época um dos responsáveis pela construção dos conventos era frei Daniel de São Francisco, responsável pelas obras do convento de Cairu, na Bahia. Outros dois irmãos leigos que eram “construtores”: frei Tomé da Madre de Deus e frei Domingos dos Anjos.

²⁰ O Síndico era o responsável por administrar os bens dos frades, recebendo-os e administrando-os em nome da Santa Sé, verdadeira proprietária de todos os bens.

6. A construção do convento

Uma pergunta que surge, ao vermos aquelas ruínas perdidas e solitárias na imensidão daqueles campos e várzeas, numa imagem quase “surreal”, é por que os franciscanos escolheram aquele lugar para instalar seu convento? O fato de terem recebido pedidos da população local não justifica a construção, pois na mesma época, em várias outras localidades a população local pedia aos frades que se instalassem definitivamente. Uma das respostas está na trajetória natural que seguiu a ocupação da cidade do Rio de Janeiro. Após a conquista e instalação no Morro do Castelo, foi natural a expansão até os confins da baía da Guanabara, pois os rios que desembocavam naquela parte da baía, eram, antes de tudo, uma importante via de comunicação com a região norte. Some-se a isso o fato de que a região tinha se tornado o reduto de índios refugiados após a conquista. Tamoios vencidos na guerra, mas também outras tribos hostis ao contato com os colonizadores. Era imperativo ocupar a região. Outro motivo, que se revelou estratégico principalmente em fins de 1600, é o fato de que a região era o caminho de entrada para a Serra dos Órgãos, que conduzia para a região das Minas Gerais. A descoberta do ouro naquela região, a partir de 1700, vai fazer a Metrópole direcionar seu foco da Bahia para o Rio de Janeiro. A partir daí a região do Macacu vai passar por uma fase de desenvolvimento econômico que só fez aumentar sua importância. Suas terras férteis, a farta e variada produção agrícola, além da extração de madeira, e da manufatura de telhas e tijolos para as construções, vão se constituir na base do desenvolvimento do Vale do Macacu.

A construção do convento iniciou-se somente em 1660, mais de dez anos depois de os frades receberem o terreno para a construção. Por que demorou tanto tempo? Certamente um dos motivos está no momento decisivo pelo qual passavam as duas entidades franciscanas no Brasil. Como já acenamos, em 1647 a Custódia de Santo Antônio do Brasil tornou-se Custódia independente da Província de Santo Antônio dos Currais, de Portugal. O processo foi demorado e polêmico. No primeiro Capítulo celebrado pela Custódia independente, discutiu-se sobre a possibilidade de a entidade tornar-se Província. Foram dados os primeiros passos nessa direção, mas as negociações duraram quase dez anos, sendo decididas em 1659, quando, no dia 05 de novembro, celebrou-se o primeiro Capítulo da Província de Santo Antônio do Brasil. Neste Capítulo discutiu-se, e foi aprovada a criação de uma Custódia nas “partes do sul”, dependente da Província do norte. A morte do Custódio frei João Batista, extenuado depois de longas viagens a pé para visitar os conventos, era a prova concreta das dificuldades em exercer a contento a assistência fraterna num território tão vasto. Assim, em 1659 era criada a Custódia da Imaculada Conceição, formada pelos conventos e hospícios que iam do Espírito Santo até o sul do Brasil. Era composta dos seguintes conventos: Vitória, Rio de Janeiro, Macacu, Penha, São Paulo, Santos, Itanhaém, Angra dos Reis, São Sebastião.

A expulsão dos holandeses, em 1654, permitiu aos frades retomarem os conventos

que tinham sido ocupados e, em alguns casos, destruídos pelos calvinistas. O Custódio concentrou forças na restauração de vários destes conventos, protelando o início das obras de construção de vários conventos que tinham sido aceitos no sul. Contribuiu também para a demora no início da construção o fato de os Custódios, de 1649 até 1658, terem aceito terrenos para a construção de mais quatro conventos no sul: Penha (1650), Angra dos Reis (1650), Itanhaém (1654), São Sebastião (1658), além de Macacu, em 1650. Além destes, foram aceitas mais duas doações para construção de convento na parte norte, a saber: Santo Antônio de Paraguaçu (1649) e Santo Antônio de Cairu (1654), ambos na Bahia. A pedra fundamental da construção do convento de São Bernardino de Angra dos Reis foi colocada no dia 14 de abril de 1653. A construção durou 6 anos. O convento foi inaugurado no dia 12 de fevereiro de 1659²¹. O convento da Penha também iniciou-se a construir nesta época, em 1651, tendo sido terminado em 1660.

Não se pode negar a coragem e a determinação dos religiosos ao assumirem tantas frentes de trabalho ao mesmo tempo, em época de tantas dificuldades, principalmente considerando que todas estas fundações deram origem a belíssimos conventos, alguns ainda hoje em pé, testemunhando o empenho, a dedicação e o trabalho de evangelização dos frades.

A construção do convento de Macacu iniciou-se em 1660 e durou 10 anos. Em 1670 a construção estava, *grosso modo*, terminada. Hoje, conhecendo um pouco mais a história da região, sabendo das dificuldades, e vendo as imponentes ruínas que sobraram, perguntamos-nos como os frades conseguiram levar a termo uma obra tão monumental? Como fizeram para transportar de longe as imensas peças de pedra, inexistentes na região, e que compõem, ainda hoje, as ruínas? A navegação na região não era fácil: “Pelo rio Macacu e seus afluentes, como o Caceribu, circulavam mercadorias e pessoas, transportadas por pequenas e grandes canoas, em viagens que duravam dias. Sempre foi, porém, problemática essa circulação, porque os rios eram estreitos e assoreados, alguns deles só tendo água suficiente no período das chuvas, no verão; o próprio Macacu somente permitia a entrada e saída de barcos nas épocas de maré alta, devido aos altos bancos de areia da sua desembocadura”²². Outro autor afirma: “Eram terras pantanosas, infestadas de mosquitos e doenças tropicais, de difícil e demorado acesso a que se chegava somente através do rio Macacu”, e arremata: “um milagre da persistência dos colonizadores portugueses”²³. Em meados de 1600 a região era escassamente povoada, e o desenvolvimento econômico estava ainda nos seus inícios. O material era conseguido, em grande parte, através das esmolas: argila, cal, madeira, pedra, além da mão de obra, eram doados pelos fiéis, ou conseguidos através de pedidos à Coroa.

²¹ A escolha do governo provincial em construir este convento antes do convento de Macacu deve-se provavelmente, pela necessidade que os frades tinham de um lugar seguro de pouso, nas viagens que faziam de barco, entre Santos e o Rio de Janeiro.

²² CABRAL, D. de Carvalho, *A bacia hidrográfica como unidade de análise*, in *Revista de História Regional* 12 (1): 133-162, 2007, 145.

²³ *O conceito de restauração em arquitetura*, Cláudia Fernandes da Silva, Cadernos Proarq 11, 139, Revista em formato eletrônico in <http://www.yumpu.com/pt/document/view/14172064/cadernos-proarq-11-proarq-ufjf>.

A mão de obra utilizada foi a escrava, de negros africanos e de “negros da terra”, nome dado aos escravos indígenas. Embora os frades também possuíssem escravos, recebidos geralmente em “doação” a algum santo, ou deixados em herança, seu número não era grande. O grosso do trabalho era executado por escravos de outros senhores, que doavam, como esmola, alguns dias de trabalho de seus escravos para a construção. Os trabalhos eram dirigidos por um frade, geralmente irmão leigo, especialista em alguma das muitas artes necessárias à construção que então se iniciava: carpinteiro, pedreiro, artesão, ferreiro, etc. Havia, também entre os irmãos e entre os escravos, verdadeiros artistas, empregados principalmente nas obras de acabamento e decoração, cujos nomes infelizmente se perderam na história²⁴.

Por todos os motivos acima elencados, a construção do convento de Macacu se insere num conjunto mais amplo, onde se entrelaçam motivos econômicos, sociais, políticos e religiosos. Pelo sistema de Padroado os frades e todos os religiosos eram mantidos pela Coroa, e tinham pouca liberdade de expressão. Como os demais religiosos da época, mas com características próprias, os franciscanos também eram agentes da colonização e expansão do Império e dos domínios da Coroa, através da ocupação dos espaços, da instalação de centros de autoridade e de poder, aqui representados concretamente pela Igreja, através de uma Ordem religiosa respeitada, e pelo trabalho de catequese de brancos, escravos e índios.

No dia 04 de fevereiro de 1670 uma grande festa marcou a inauguração do novo convento e a mudança da comunidade para as novas instalações. Em 1672 abriu-se aí o noviciado. Pelo silêncio do lugar e pela distância do burburinho da metrópole, que começava a crescer, o local era ideal para os candidatos à vida franciscana fazerem seu “ano de provação” na vida religiosa. Em 1675 a Custódia da Imaculada foi transformada em Província. Entre 1676 e 1681 o primeiro Provincial, frei Eusébio da Expectação, ordenou a construção de retábulos para os altares laterais da igreja do convento e cercou a horta com muros de taipa.

7. Atividades dos franciscanos em Macacu e região

A construção do convento de Macacu insere-se, como já vimos, no projeto colonizador português. Mas isso não significa que os franciscanos não tenham conseguido, de alguma forma, encontrar meios de realizar seu trabalho a partir dos ideais e princípios preconizados pela Ordem franciscana e pela Igreja, à qual pertenciam. Um dos pressupostos dos estudos históricos é o fato de que não podemos julgar a história do passado e seus personagens com as categorias de hoje. Estaríamos sendo, antes de tudo, injustos

²⁴ Sabemos os nomes de dois irmãos leigos que trabalharam na construção do convento: frei Pedro do Rosário e frei Diogo das Chagas. Não temos o nome do construtor, embora saibamos que frei Simão do Salvador foi que fez a planta.

e desonestos, pois cada tempo e cada grupo social tem suas limitações e suas conquistas. Cabe a nós buscar compreendê-las em seu contexto, para daí tirar lições para nossos dias.

A construção do convento com a finalidade de ser casa de noviciado não significa que, em Macacu, os frades se eximissem do cuidado pastoral da região. Pelo contrário, o principal elemento constitutivo do carisma franciscano é o anúncio, sobretudo pelo exemplo de vida, e depois, pela palavra proclamada. Certamente era um excelente meio pedagógico para a formação dos noviços verem a dedicação e empenho dos frades no trabalho apostólico junto à população da região. Afinal de contas, foi para isso que os frades foram chamados a se instalar no local. Já antes da construção do convento os frades desenvolviam uma intensa atividade missionária e catequética na região dos rios Casserebu, Macacu e Guapi-açu. A construção do convento vem incrementar esta atividade, através da instalação de uma comunidade mais numerosa de religiosos, e de um centro de culto que se destaca na localidade.

Testemunhos da época relatam a atuação missionária dos frades na região. Um destes documentos é datado de 12 de junho de 1687, escrito pelo Protonotário Apostólico, Deão da Sé do Rio de Janeiro, Francisco da Silveira Dias. Nele, o prelado afirma que, em 1681, apresentou-se diante dele frei Manuel das Chagas e um seu companheiro, missionários apostólicos, e, por ordem do Provincial e com a licença do Deão, “correram todos estes povos circunvizinhos, e mais Vilas e Lugares deste Bispado, pregando e doutrinando ao Gentio de uma e outra nação, com muito aproveitamento de suas almas”²⁵. O prelado afirma ainda que, nos mais de dez anos em que foi Administrador do Bispado (1670-1681), “andaram, como ordinariamente andam, os Religiosos de São Francisco em o discurso (sic) de todo o ano pelos recôncavos desta Cidade, confessando e desobrigando da obrigação das Quaresmas muita gente pobre, que por não terem com que aparecer licitamente, e por viverem muito distantes das suas paróquias não acodem ao dito tempo a elas, ao que assistem, e suprem ordinariamente os ditos Religiosos de São Francisco desta Província do Rio de Janeiro em grande serviço de Deus”²⁶.

²⁵ Sobre a atuação missionária de frei Manuel das Chagas, há uma referência no Livro do Tombo, quando o Provincial nomeou três frades para pregarem missões em todo o litoral do sudeste: “elegu o dito Provincial a três religiosos desta Província para a missão, a saber o Irmão Pregador frei Manuel das Chagas, que de Santos viesse correndo até a Vila de Ubatuba; o irmão Pregador frei Miguel de São Francisco a fizesse da Ilha Grande, e em todo o seu distrito, e depois que chegasse ao Convento de S. Boaventura (Macacu) a fosse continuando...”. Tombo Geral I, fl 30v. Citado em Rower, *Páginas...*, 247. Entre 1749 e 1750 temos a notícia da nomeação de frei João da Conceição e frei José dos Anjos Passos, para “missionar” nas freguesias e povoações do recôncavo do Rio. ROWER, Basílio, *História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, Vozes, Petrópolis 1951, 152.

²⁶ Carta completa em ROWER, Basílio, *O Convento...*, oc., 55. O próprio Provincial vai afirmar, numa exposição diante das autoridades civis e eclesiásticas, em 1681: “...andam os religiosos da minha Província confessando, pregando e administrando com licença dos Párcos os Sacramentos a todos os Senhores, e servos, que pelas partes mais remotas habitam...”. *Idem*, 57.

Outro documento, lavrado poucos dias depois, em 20 de junho de 1687, é uma certidão da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, atestando a seriedade de vida e missão dos religiosos: “Os oficiais da Câmara desta Cidade certificamos como os religiosos do Seráfico Patriarca São Francisco desta Província... há muitos anos vivem com muita quietação, união e conformidade, e com a mesma têm procedido em todas as suas eleições pelo que estão hoje muito amados, e venerados de todo este povo, e o merecem assim pela satisfação religiosa, com que procedem, tratando com muito grande zelo do aumento dos seus conventos, e particularmente do Culto Divino, para o que todo o povo os ajuda, por ver neles a ânsia com que nisso se empregam, e atualmente estão servindo todo este povo nas obrigações de Religiosos, e particularmente pelos recôncavos desta Cidade por onde andam ordinariamente, administrando os Sacramento aos pobres, e doutrinando os ignorantes com licença dos Párocos. Tudo isso passa na verdade, e assim o juramos aos Santos Evangelhos”²⁷.

O trabalho de evangelização dos frades da Província estendia-se também aos indígenas, cuja população, na região do recôncavo fluminense, em fins do século XVII e inícios do XVIII, ainda era numerosa. Neste particular, vários documentos testemunham o preparo dos frades no trato com a língua nativa. O documento anteriormente citado, lavrado pelo Deão da Sé, confirmava a atuação dos frades, “pregando e doutrinando ao Gentio de uma e outra nação, com muito aproveitamento de suas almas”. Num documento transcrito no Livro do Tombo da Província, o Provincial frei Antônio do Vencimento Sá (1691-1694), numa reunião no colégio dos Jesuítas, na qual participaram todos os superiores religiosos do Rio de Janeiro, com as autoridades do bispado, afirmava, em relação ao conhecimento da língua nas missões entre os indígenas: “...e não só fazem estas missões em uma língua, mas em todas as que vêm necessitam aqueles povos, e gentes onde se acham, pregando-lhes a todos conforme vêm melhor os podem entender”. E continuava: “são também eles, os que mais geralmente em todos estes lugares, e Vilas façam missões, e preguem a doutrina cristã, assim a brancos como a índios”. A afirmação a seguir não deixa de causar admiração, principalmente sabendo que foi feita na presença das autoridades civis e dos superiores das outras Ordens religiosas sediadas na cidade do Rio de Janeiro: “...e todas as mais religiões juntas daqueles lugares não igualam aos missionários, e línguas da terra que os Capuchos (franciscanos) só têm”. E o Provincial arremata: “... pois eles (os franciscanos), assim em Conventos, como em Religiosos, têm mais, como digo, de língua geral, que administrem a doutrina cristã, e Sacramentos, que todos os mais Religiosos das Religiões que por aqueles lugares assistem”²⁸. Além dos remanescentes indígenas, os frades também se dedicavam à catequese aos escravos, e tinham que saber sua língua.

²⁷ *Ibidem*, 56.

²⁸ Tombo Geral I, fl 89v. Texto traduzido in ROWER, *O Convento...*, *oc.*, 57-58.

8. O Noviciado

Terminada a construção, o convento de Macacu passou logo a receber noviços. A primeira turma entrou no ano de 1672. O noviciado é uma etapa fundamental no processo formativo do religioso. É também conhecido como o “ano de provação”, onde o candidato vai fazer sua primeira experiência verdadeiramente religiosa, marcada por uma forte experiência de oração, silêncio e contemplação e de iniciação mais íntima e decisiva aos elementos essenciais da vida que pretende seguir. Nesse processo de “*fuga mundi*” (fuga do mundo), como era entendido na época o ingresso na vida religiosa, o convento São Boaventura exercia um papel importante também por sua localização: afastado do grande centro, longe das polêmicas envolvendo a Província e suas relações com “a cidade dos homens”. No Brasil colônia, o jovem podia ingressar no noviciado a partir dos dezesseis anos. Após um ano de noviciado, fazia a profissão dos votos de pobreza, obediência e castidade. Era um compromisso por toda a vida. A partir daí, como religioso, estava definitivamente vinculado à Ordem franciscana e à Igreja²⁹.

Chama atenção a escolha do orago do convento de Macacu: São Boaventura. A escolha deste padroeiro estava na destinação que os frades, desde o início, queriam dar ao convento: casa de noviciado. São Boaventura, também conhecido como o “Doutor Seráfico” é um dos maiores santos da Ordem Franciscana. Grande teólogo, escritor, autor de obras de espiritualidade, escreveu o *Itinerário da alma para Deus (Itinerarium mentis in Deum)*, onde descreve seis estágios para que a alma chegue a Deus, tendo Francisco de Assis como modelo de inspiração. Foi Ministro Geral da Ordem numa época turbulenta, e conseguiu conduzi-la com sabedoria. Doutor da Igreja, é conhecido como o “segundo fundador da Ordem”. Escreveu uma biografia de Francisco, a *Legenda Maior*, onde o apresenta como o *Alter Christus*, aquele que buscou Cristo tão apaixonadamente, que, na imitação, conformou-se inteiramente a Ele. Certamente os noviços, nos seus primeiros passos na vida religiosa, além de poder espelhar-se no modelo de vida do *Poverello*, podiam valer-se das inspiradas reflexões do “Doutor Seráfico”³⁰. Entende-se também que, para a casa de noviciado, fossem designados os frades mais sérios e observantes, para introduzir os candidatos no caminho da perfeição evangélica. Os mestres eram escolhidos com muito cuidado. No dia 24 de outubro de 1756, o governo provincial louvava o frei José dos

²⁹ Os oito primeiros capítulos dos *Estatutos da Província* descrevem em todos os detalhes desde o modo de recepção até a profissão dos noviços. Cfr.: *Estatutos Municipais da Província da Imaculada Conceição do Brasil*, Lisboa, 1723, 1-28.

³⁰ ROWER, B., *História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1951, 111. Num documento enviado à Província pelo Ministro Geral, datado de 05 de abril de 1753, o mesmo recomendava vivamente o cuidado no acompanhamento dos noviços, e indicava o uso da obra *Speculum Disciplinae* de São Boaventura como manual de formação para os noviços. Esta obra consta na *Opera Omnia* do “Doutor Seráfico”, como obra de autoria duvidosa. Boaventura também é o autor de uma *Regra para os Noviços*. Cfr.: S. Bonaventurae *Opera Omnia – Opuscula varia ad Theologiam Mysticam et res Ordinis Fratrum Minorum Spectantia* – Tomus VIII: *Regula Novitiorum*, p. 475-490; *Speculum Disciplinae Pars I*, p. 583-614; *Speculum Disciplinae Pars II*, p. 615-622, Ad Claras Aquas (Quaracchi) – Ex Typographia Collegii S. Bonaventurae – 1948.

Anjos Passos, “pelo zelo e desvelo com que doutrina os noviços no ensino das cerimônias e bons costumes da religião”³¹.

O auge do funcionamento do noviciado no convento São Boaventura foram os anos entre 1750 e 1762, quando funcionou ininterruptamente. Nestes 12 anos, tomaram o hábito franciscano 168 noviços. Nestes anos, a maior turma foi em 1761, com 29 noviços, sendo 18 brasileiros e 11 portugueses. Nesse mesmo ano havia 6 noviços fazendo o noviciado no convento São Francisco e São Domingos, em São Paulo, 3 no convento São Bernardino, em Angra dos Reis, e 1 no convento de São Francisco, em Vitória. Neste ano ilustrou os corredores do convento o noviço Antônio de Santana Galvão, que tomou o hábito em 1760, declarado pelo Papa Bento XVI, em maio de 2007, o primeiro santo brasileiro. Em 1786 o noviciado foi fechado, por causa dos trabalhos de reconstrução do convento. Nunca mais voltou a ser aberto. Entre fins de 1700 e inícios de 1800 o noviciado funcionou, com interrupções, no convento de Bom Jesus da Ilha e no convento Santo Antônio do Rio de Janeiro. A partir de 1809, só funcionou no convento de Santo Antônio.

9. A Vila de Santo Antônio de Sá e o convento São Boaventura durante o século XVIII

Em 1697, a 20 de agosto, devido ao desenvolvimento da região, a freguesia foi elevada à categoria de Vila, pelo governador Artur de Sá Meneses. Chamou-se de “Santo Antônio”, por ser este o orago, e “Sá”, para perpetuar o nome do governador. A Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu foi a primeira com esse status na capitania do Rio de Janeiro. Também em 1697 a igreja da paróquia, construída de taipa, foi substituída por uma de pedra e cal. Metade da verba para a construção veio da “Fazenda Real” e metade foi custeada pela população local. A mesma fonte informa que, em 1705, deu-se início à construção da torre da igreja³². A Vila recebeu, em 1704, a visita do bispo diocesano, Francisco de São Jerônimo. As autoridades da Província também faziam suas visitas periódicas ao convento, por ocasião dos Capítulos, realizados a cada três anos. Era uma forma de manter a disciplina claustral e combater eventuais abusos. O Capítulo Provincial de 1687 havia determinado que o Capítulo de 1690 fosse realizado no convento São Boaventura. Tal determinação nunca se realizou.

³¹ Frei José foi mestre de 1754 a 1759 e foi Provincial entre 1781 e 1784. Embora o convento de Macacu fosse destinado, desde o princípio, como casa de noviciado, isso não impediu que alguns candidatos fizessem o seu “ano de provação” em outras casas. Antes da construção do convento de Macacu, havia noviciado no convento de Vitória e no convento Santo Antônio, do Rio. Depois da construção do convento São Boaventura, receberam noviços, além de Macacu, os conventos São Francisco e São Domingos, de São Paulo, o convento São Bernardino, de Angra dos Reis, Nossa Senhora dos Anjos, de Cabo Frio, Imaculada Conceição de Itanhaém, o de Bom Jesus da Ilha e o convento Santo Antônio, ambos no Rio de Janeiro. Tanto nestes conventos como em Macacu o noviciado funcionou com interrupções, por causa das leis restritivas do governo, proibindo o ingresso de noviços. À exceção de Macacu e Bom Jesus da Ilha, o número de noviços nos outros conventos, quando funcionava, era reduzidíssimo, não passando, quase sempre, de apenas um candidato.

³² PIZARRO, *Memórias Históricas...*, 149-150. A torre foi a única coisa que sobrou da Vila, além do convento. A mesma fonte informa que sua construção se protelou por anos.

O ano de 1710 foi marcado pela fundação da Ordem Terceira junto ao convento. Os Terceiros tinham sua capela própria numa das paredes laterais da igreja conventual. Interessante notar que os membros da Ordem Terceira, em sua maioria, vinham de fora, das localidades vizinhas, para as práticas próprias da Ordem, para as reuniões, festas e dias de preceito. Com a reconstrução da fachada do convento, em 1784, os Terceiros construíram também sua igreja, ao lado da igreja dos frades, que faz parte ainda hoje das ruínas da fachada do convento³³. Um comentário de Monsenhor Pizarro, considerando-se os exageros, nos dá uma visão da pujança da Ordem Terceira nesta localidade: “Aqui acha-se estabelecida uma Ordem Terceira, que atualmente trabalha na construção de nova igreja, contígua à igreja do convento, e pelo que se divisa na perspectiva, é de bom risco. Esta Ordem é sumamente prejudicial à freguesia e ao pároco; porque, devendo os fregueses contribuir com as suas esmolas, e doações, para a matriz, só fazem gosto de se exaurirem com a Ordem; e para a Matriz nada querem dar. A Fábrica vê-se prejudicada dos seus renditos e sepulturas; porque os irmãos Terceiros só querem ali ser enterrados; e por esta mesma causa se fazem diminutos os renditos dos Párocos, aumentando-se à custa deles, os da Ordem 3^a. e do Convento”³⁴.

Monsenhor Pizarro relaciona a existência de outras quatro Irmandades na Vila. A de Santo Antônio, fundada em 1612, quando da fundação da primitiva Ermida, é a irmandade que recebia o “foro” relacionado à doação das terras por Manuel Ozouro, para a manutenção da igreja. As outras três são a Irmandade do Santíssimo, fundada em 1656, a Irmandade do Rosário e São Benedito, dos homens pretos, ereta por D. Antônio de Guadalupe, em 24 de novembro de 1736 e a Irmandade da Senhora da Boa Morte dos homens pardos, sem data de fundação³⁵.

Outra construção que consta nos arquivos da Província é a do Seminário de Gramática, mandado construir em 1727 e iniciado em 1728. Era uma casa de estudos para os “coristas”, frades que, após o noviciado, eram destinados aos estudos para futura ordenação. Foi construído nos fundos do convento, com capacidade para abrigar 12 estudantes. Livros para os estudos não faltavam, certamente. Além do cuidado dos superiores em relação a este particular, o convento havia herdado, do Administrador Eclesiástico Francisco da Silveira Dias, uma biblioteca (livraria) “assaz copiosa e bem sortida”³⁶. No governo de

33 Na obra *O Rio de Janeiro nas visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro*, às páginas 158-160, encontram-se reproduzidas fotos de belíssimas imagens, que estão hoje sob a guarda do IPHAN. Todas elas são, provavelmente, provenientes da igreja da Ordem Terceira: São Pedro, um santo bispo, uma santa franciscana não identificada, São Francisco de Paula, São João Batista, São Luís de França, Santana. Há ainda a foto da imagem de São Boaventura, identificada como a provável imagem do altar principal do convento, que segundo a mesma fonte, encontra-se na igreja de Nossa Senhora da Glória, Catete, Rio de Janeiro.

34 PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas...*, 156. Monsenhor Pizarro dá uma interessante lista dos emolumentos a serem pagos ao pároco da Vila de Santo Antônio de Sá, em fins de 1700. Por ela se percebe que a maior parte do sustento do sacerdote vinha justamente dos enterros, das encomendações e das missas de corpo presente. *Idem*, 162.

35 PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas...*, 145-146.

36 ROWER, *Páginas...*, 170. Segundo frei Apolinário, escrevendo em 1730, no convento também funcionava uma escola onde se

frei Agostinho de São José (1748-1751), o convento foi agraciado com uma relíquia do Santo Lenho, com sua devida autenticação³⁷.

Numa relação enviada ao Governo em 1765, o Provincial frei Inácio da Graça informa o número de frades vivendo no convento São Boaventura: 21 sacerdotes, 12 coristas, 5 irmãos leigos e 1 donato. Como pudemos observar pela relação, o convento de São Boaventura era o segundo da Província em número de frades³⁸. Também nestes anos, em 1768, foi feita uma reforma na capela do convento, passando a ter quatro altares, além do altar mór.

10. O desenvolvimento econômico da Vila

A pergunta que fazíamos no início deste artigo, sobre os motivos que justificaram a construção daquele majestoso convento, pode ser respondida, em parte, a partir de uma análise do desenvolvimento econômico da região na época. Hoje, especificamente na área do entorno das ruínas do convento, é difícil imaginar que a região já foi um importante polo extrativista e de produção agrícola. No Brasil colônia, o desenvolvimento econômico de uma região acontecia concomitante ao desenvolvimento religioso. Pelo sistema de Padroado, Igreja e Coroa caminhavam juntas. Assim, conforme se desenvolvia economicamente uma região, a elite local ia formando Irmandades e Ordens Terceiras, criando condições para a instalação de ordens religiosas, construindo capelas e oratórios, que mais tarde podiam ser transformadas em paróquias. A religião ocupava um importante papel social na colônia, atendendo o fiel desde o nascimento até a morte. Missas, celebração dos sacramentos, festas religiosas, dos santos padroeiros, eram, em alguns lugares, a única atividade social que congregava os moradores, famílias e escravos da região. Em alguns lugares a Igreja era a única expressão de autoridade e poder constituído e de aplicação da lei. Por isso, conhecer o nível de desenvolvimento econômico da região pode nos ajudar a responder à pergunta do porque da existência do convento.

Durante todo o século XVII a própria cidade do Rio de Janeiro teve um desenvolvimento lento. As atenções da metrópole estavam voltadas para Salvador, sede administrativa da colônia, e Pernambuco, com sua intensa produção açucareira. Com a invasão holandesa e a tomada dos engenhos no nordeste, a produção se concentra no sul, principalmente no entorno do Rio de Janeiro, através dos vários engenhos que se espalham

ensinava a “ler, escrever e contar”, às crianças da Vila e adjacências. Monsenhor Pizarro afirma que, em fins de 1700, quando visitou a Vila, esta escola estava fechada “há muitos anos”. PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas...*, 154. Certamente devido à diminuição numérica dos frades.

³⁷ Essa relíquia vai constar no inventário feito pelo último guardião do convento, em 1841.

³⁸ Na relação o convento vem em terceiro, depois do Bom Jesus, pois este último, embora tendo menos frades, tinha um número maior de sacerdotes. Sintoma de uma época em que na vida religiosa se valorizava, sobretudo, o sacerdócio. *Correspondência de Várias Autoridades*, RIHGB 65, Parte I (1902), 128-135.

pela cidade e seu recôncavo. O vale do Macacu vai se constituir num destes centros de produção. A importância do Rio de Janeiro aumenta nos inícios do século XVIII, com a descoberta do ouro nas Gerais. O caminho natural de exportação da riqueza transforma a cidade num estratégico centro portuário e econômico, de tal modo que, em 1763, o ministro português Marquês de Pombal vai transferir a sede da colônia de Salvador para o Rio.

Na esteira deste crescimento, a Vila de Santo Antônio de Sá também passou por um razoável desenvolvimento. Em fins do século XVII desempenhava um papel relevante como entreposto comercial entre a cidade do Rio e a região do entorno da baía. Durante o Século XVIII intensificou-se a ocupação nas áreas das cabeceiras dos rios. Surgiram as freguesias da Santíssima Trindade, de São João de Itaborahy, de Nossa Senhora do Desterro de Itamby e de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito. A Vila de Santo Antônio de Sá, no século XVIII compreendia os atuais Municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Tanguá e Cachoeiras de Macacu.

O crescimento da população provocou um incremento na produção agrícola para a subsistência, que passou a ser a atividade principal, visando o abastecimento da urbe. Um documento oficial de fins do século XVIII ajuda a ter uma visão da produção na região: “...tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão”³⁹. Criavam-se porcos, galinhas, produzia-se mel. A argila, abundante na região, deu origem a uma rica produção de telhas e tijolos, incrementada após a chegada da família real, em 1808. A produção de uma farinha de excelente qualidade também ajudou no desenvolvimento da região.

A criação de gado era importante como força de tração para as moendas. Temos notícia da existência de alguns engenhos de médio e pequeno porte na região do Casserebu. Pequenos proprietários produziam melaço e rapadura. Os maiores produziam açúcar. Alguns economicamente mais bem situados produziam aguardente, importante moeda de troca na compra de escravos na África. O engenho era um centro economicamente vivo e ativo, dando origem a uma série de outras sub-atividades, que ajudavam a manter a vida no lugar. Uma relação do Marquês do Lavradio, de 1778, traz um mapa com a distribuição dos engenhos na região do “vale do Macacu” em Santo Antônio de Sá: havia 17 engenhos e 2 engenhocas de aguardente, que produziam 255 caixas de açúcar e 197 pipas de cachaça⁴⁰.

Um mapa desenhado em 1767, mostra a região, naquele ano, ainda coberta de florestas: “Desenhado em 1767, a pedido do Conde de Cunha e no contexto da transferên-

³⁹ *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro].* 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. fonte: http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_4.pdf, acessado dia 07 de dezembro de 2013.

⁴⁰ Fonte: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm> acessado dia 09 de dezembro de 2013.

cia da capital do vice-reinado da colônia do Brasil para o Rio de Janeiro, o mapa mostra a região do Caceribu e a área do médio e alto vale do rio Macacu ainda cobertas de florestas”⁴¹. A madeira era utilizada em larga escala no processo de produção de açúcar: as caixas para o transporte, o reparo nas moendas, além de combustível para os fornos. Outra empresa que se utilizava em grande escala da madeira era a construção naval, para pequenas embarcações, barcos de pesca, navios de médio porte. Em 1763, por ocasião da transferência da sede da colônia para o Rio, se dá a construção do arsenal da Marinha do Rio de Janeiro: “A madeira necessária ao empreendimento foi encomendada às ‘pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer negócio em madeiras’”. Em 1797, segundo a *Discrição*, Macacu produziu 1.482 dúzias de tábuas, ‘conssoeiras’, vigas, ‘frexaes’, ‘páos de prumo’, ‘pernas’, caibros e curvas, perfazendo um total de 17.784 peças, indicando também a presença de 55 ‘serradores’. Essas madeiras rendiam bom lucro aos extratores: *Ella he de tal interece, q. sendo laborioza e pezada a sua factura, e conducção para os Portos de Embarque, nem por isso deixão de continuar com as fabricar...*”⁴². Utilizava-se madeira também para a produção de carvão, e lenha para as olarias que produziam telhas e tijolos, além de cerâmica.

Apesar da relativa pujança econômica da região, a sede da Vila onde estava situado o convento não era uma localidade das mais desenvolvidas. Monsenhor Pizarro dá uma ideia de como era o povoado, em fins de 1700: “Suficiente número de casas, quase todas térreas, fazem aparatoso o lugar da Vila, que pudera ser mais brilhante se com perfeição se executasse o delineamento das propriedades e se calçassem as ruas; mas a falta de polícia tem atrasado o adorno público, satisfazendo-se a Câmara com o cuidado de conservar desimpedidas e sempre limpas as estradas, a benefício de quem as cultiva até as Minas novas de Cantagalo”⁴³. Duas fontes nos indicam o número de habitantes em fins de 1700: Monsenhor Pizarro informa que, em 1795, havia na Vila 4.600 pessoas livres, para 782 fogos. Segundo a *Discrição*, em 1797 existiam, na localidade, 6.831 cativos e 4.707 livres. A *Discrição* informa ainda sobre o aspecto religioso, na Vila e suas quatro freguesias. Havia oito capelas e vinte oratórios. Atuavam na região quatro vigários, três padres coadjutores, e treze clérigos⁴⁴. Sobre o convento, a *Discrição* informa que, em 1797 viviam ali onze religiosos, dois donatos, e vinte e um escravos⁴⁵.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*.

⁴³ PIZARRO, *Memórias Históricas...*, 158. O mesmo Pizarro comenta, em outra obra: “Há nesta Vila um grande número de casas, principalmente térreas, conservadas pela maior parte no gosto da sua antiga fundação. A situação não é a melhor, porque não goza de vista mais agradável”. PIZARRO, *Visitas pastorais...*, 156. Na revista eletrônica cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/cadernosproarq11.pdf, p. 161, o leitor poderá ver uma reprodução digital da Vila com o convento.

⁴⁴ Monsenhor Pizarro também faz uma descrição minuciosa destas capelas e oratórios. Várias delas estão em sítios, engenhos ou fazendas, aos cuidados de particulares. Quanto aos padres, Pizarro encontrou oito que não estavam ligados a nenhuma capela ou paróquia, vivendo, segundo ele “de suas lavouras e de suas ordens”. *Idem*, 146.

⁴⁵ *Donatos* eram homens que viviam nos conventos, sem se submeterem a todo o processo formativo dos religiosos professos, e por isso, também não participavam plenamente da vida da fraternidade.

11. A reconstrução do convento

Depois de mais de 110 anos de construção, o convento de São Boaventura dava mostras de que precisava de urgentes reparos. Numa reunião do Definitório, do dia 20 de fevereiro de 1784, discutiu-se sobre a reconstrução. Antes, o Provincial tinha enviado uma comissão para analisar *in loco* a situação da construção. Esta foi do parecer de que era “inadiável a construção a *fundamentis* tanto da igreja, da qual uma das partes estava desaprumada palmo e meio, como da Casa, cuja maior parte se achava arruinada não só nas paredes mas também no madeiramento”. Na reunião certamente discutiu-se sobre o futuro da região, e da própria Província, que passavam por dificuldades. Com relação às expectativas de progresso e desenvolvimento da região, tudo levava a crer que a pujança econômica que estava experimentando só iria aumentar, fazendo esperar num futuro promissor. Os membros do Definitório deram autorização ao guardião do convento para que demolisse o que fosse preciso, “e desse princípio à reedificação, acostando-se aos votos de oficiais inteligentes, e segundo risco, que fosse conforme aos preceitos da arte, a fim de se prosseguir, e concluir a obra regularmente; não perdendo de vista a conformidade que ela devia ter em tudo, com o nosso pobre e humilde estado de Religiosos Franciscanos Reformados”⁴⁶.

A igreja e toda a parte da frente do convento foram postos abaixo e começou a reconstrução. O resto do convento não foi reconstruído, sendo feitos apenas reparos nas partes mais críticas. Como eram de taipa, mais tarde acabaram caindo, e hoje praticamente não há vestígios desta parte. Toda a fachada, construída de novo, seguiu o estilo artístico em voga então: o barroco. A igreja da Ordem Terceira, construída também neta época, contígua à Igreja conventual, seguiu o mesmo estilo, e também resistiu ao tempo, fazendo hoje parte das ruínas. Monsenhor Pizarro deixou-nos sua impressão sobre o convento: “Na mesma Vila há um convento dos Religiosos Antoninos da Ordem de São Francisco, fundado em 1694 com o termo de S. Boaventura. A sua Igreja, feita de pedra e cal, é perfeita e asseada; a casa conventual esta a renovar-se com melhor gosto, e com parede de Pedra e cal”⁴⁷.

12. A decadência

As profundas mudanças verificadas na sociedade brasileira na primeira metade do século XVIII iriam provocar transformações profundas na vida religiosa em geral. Os pri-

⁴⁶ ROWER, *Páginas...*, 180.

⁴⁷ PIZARRO, *Memórias Históricas...*, 153-154. Na página do *you tube* o leitor pode assistir um vídeo, de pouco mais de 3 minutos, com uma visita guiada virtual ao convento. Cfr.: <http://www.youtube.com/watch?v=U82bE0Rdz24>

meiros decênios de 1700 são anos de violentos contrastes, com a explosão do “sentimento nativista”. Também dentro dos conventos surgem verdadeiros “partidos” de portugueses e brasileiros, em mútua oposição. A Província da Imaculada não ficou isenta. Embora valorizando em grande parte a vida conventual, a vida de oração e contemplação, os Franciscanos não viviam isolados da sociedade que os cercava. E, embora na maior parte preservado destas polêmicas, pela localização e finalidade, o convento São Boaventura também se viu envolvido em polêmicas.

O primeiro fato marcante envolvendo o convento se deu em 1715, por ocasião da nomeação do Visitador para o Capítulo. Frei Marcos de Jesus apoiado por frei Boaventura de Jesus, ambos brasileiros, encabeçaram uma rebelião contra o Visitador, português, legitimamente nomeado. O centro da resistência foi o convento São Boaventura, onde os rebeldes se reuniram com aqueles que os apoiavam, convocaram um Capítulo e nomearam um Vigário Provincial e guardiães para os conventos. Era o cisma. Só cinco conventos aderiram: Macacu, Santos, São Sebastião, Angra dos Reis e Bom Jesus da Ilha.⁴⁸ O Visitador nomeado pelo Geral também convocou o Capítulo, realizado no convento Santo Antônio. Ambas as facções recorreram ao Geral da Ordem que reconheceu como legítimo o Capítulo realizado em 1717 pelo Visitador nomeado, e declarou nulos todos os atos realizados por frei Marcos. Antes do início do próximo Capítulo, em maio de 1719, a maioria dos rebeldes apresentou-se no convento de Santo Antônio e submeteu-se ao novo Visitador. O capítulo podia celebrar-se em paz.

Os fatos narrados demonstram a animosidade a que se chegou. Um dos motivos era a injusta distribuição dos ofícios na Província. Assim, em 1719 foi promulgada a *Lei da Alternativa*, que, como o nome já diz, regulava a distribuição dos cargos entre as duas nacionalidades. Na verdade, tal lei não pôs fim às dissidências. Entre 1723 e 1726 o foco da resistência dos brasileiros foi o convento Bom Jesus da Ilha. Embora não seja o objetivo de nossa exposição, acenamos ao fato de que, entre 1738 e 1740 a Província sofreu uma intervenção do bispo do Rio, Dom Guadalupe⁴⁹. Este controle da parte das autoridades só vai se intensificar, atingindo o auge a partir de 1750, com a nomeação do Marquês de Pombal como Ministro Plenipotenciário do Rei José I. O regalismo de Pombal e sua luta contra as ordens religiosas vai se expressar de modo mais absoluto na expulsão dos Jesuítas, em 1759.

Apesar das dificuldades, em 1764 a Província chegava ao auge em termos numéricos, com 470 religiosos, entre sacerdotes e irmãos, excluindo deste número vinte donatos⁵⁰.

⁴⁸ Os rebeldes receberam até noviços, que após a solução da contenda, tiveram que fazer o noviciado de novo. ORTMANN, A., *Subsídios para a História da Província da Imaculada Conceição*, in «Vita Franciscana» I, janeiro (1930), 4.

⁴⁹ TITTON, G., *A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, São Paulo, 1975.

⁵⁰ Carta mandada ao Secretario de Estado Ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, pelo Provincial frei Ignácio da Graça, com data de 07 de fevereiro de 1765. *Correspondência de Várias Autoridades*, RIHGB 65 (1902), 128.

A partir daí, o número de religiosos vai entrar em franca diminuição. Algumas concessões do governo, permitindo a entrada de noviços, ajudaram a protelar o fim da Província.

Em fins do século XVIII, em 1796, a Província tinha um total de 216 religiosos. Mas, na prestação de contas do Provincial, ele mesmo afirma que só podia contar com 120. Os demais 96 religiosos se dividiam entre estudantes (31), os empregados nos vários serviços da capitania (17), os inválidos (41) e os apóstatas (7).

Três anos depois a situação não havia melhorado, como podemos ver num documento apresentado em 1799 pelo Procurador Geral da Província, frei Antônio das Vitorias, enviado ao Príncipe Regente Dom João: “Neste triênio (1796-1799) têm morrido muitos, e presentemente para se cumprirem as primeiras obrigações do serviço de Vossa Alteza Real, acham-se os conventos desertos, sem disciplina regular, as Ordens Terceiras sem Comissários... Vão se acabando os estudos, em que tanto floresceram as letras... Esta Província é a única que serve a Vossa Alteza Real nas Capitánias do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, e do Rio Grande, onde é fundada. Parece impossível que ella possa desempenhar as obrigações do Claustro, e do Estado com cento e vinte frades, quando estes são necessários para a Casa Capitular do Rio de Janeiro, onde carrega o maior pezo de trabalho. Ella dá Capellães para as Fortalezas da barra, para todos os Presidios Militares, para as Naus, como sucedeu na última guerra do Sul, e para os Navios mercantes quando há falta. Há dois frades para cada um dos Hospícios, digo dos Hospitales da Misericórdia, lazareto, e dos Soldados, onde actualmente residem. Provê de Parochos muitas Freguesias remotas, como succede em São Paulo, e também é obrigada a dar o mesmo provimento a três aldeias de gentios mansos, que estão debaixo da sua direcção, onde succedendo uns a outros aprendem a língua dos mesmos gentios para os instruir na nossa Religião, e cathequizar os bravos. Ella carrega com o pezo das cadeias, e assistencia dos reus de morte. Ella finalmente trabalha de dia e de noute no serviço da Igreja e do Estado, quando é chamada para um e outro ministerio, já pelos Bispos, já pelos Vice-Reis e Governadores, de sorte que toda a Província está absorvida pelo Convento da Cidade do Rio de Janeiro, e os demais apenas tem Guardião e Presidente”⁵¹.

O combate sem trégua dos representantes da administração civil, aliados ao difuso “espírito das luzes”, difundido também entre o clero secular, que considerava que o tempo dos religiosos já havia passado, que eram inúteis à sociedade, aliados ao mal exemplo que os próprios frades davam com as animosidades “intra claustro”, estão entre os principais fatores que causaram a decadência da Província. Com relação ao convento de Macacu, outros fatores devem ser arrolados. Além da diminuição numérica, o convento e a Vila sofreram também pela mudança de eixo econômico da região.

Ainda no século XVIII, mais precisamente em 1779, a freguesia de Nossa Senhora

51 ROWER, *História...*, 190-191.

do Guapimirim foi desmembrada de Santo Antônio de Sá, com a criação da Vila de Magé. Em 1833 foi criada mais uma freguesia, desmembrada da Vila, a de São João de Itaboraí. Seguiram-se o desmembramento das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito e a de Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Apenas a freguesia da Santíssima Trindade ficou fazendo parte da Vila, que foi perdendo espaço para áreas mais firmes, mais salubres e menos sujeitas às febres. Estradas começaram a ser abertas, substituindo o arriscado e difícil transporte pelos rios da região, novas frentes de ocupação e de produção foram surgindo, em novas direções, desviando o foco das zonas nos confins da baía da Guanabara para outras áreas da “baixada fluminense”. Novas culturas, como o café, foram ocupando novas áreas. O Vale do Paraíba, com suas terras férteis tornou-se a nova frente de expansão econômica e agrícola.

A situação tornou-se crítica nas primeiras décadas do século XIX. Entre 1828 e 1830 a Vila foi assolada pelas chamadas “febres de Macacu” (cólera e malária), que se repetiram em 1836. Morreram muitos habitantes, inclusive frades. O irmão leigo frei Manuel de São José morreu em março de 1829. Em abril faleceu o guardião, que tinha assumido dois meses antes, frei José da Madre de Deus Loreto. Diante da situação, os demais frades, seguindo o exemplo dos moradores, fugiram amedrontados para o Rio de Janeiro. O convento de São Boaventura ia entrando em seus dias mais obscuros. O abandono, no entanto, ainda não era definitivo. Pelos anos seguintes, a Província tentou manter a vida regular no convento, nomeando sempre um guardião. Em 1835, quando o Presidente da Câmara requisitou o convento para servir provisoriamente de Casa de Caridade para doentes pobres, a Província cedeu, com a condição de que se reservasse uma cela para o guardião e mais um religioso. Um destes guardiães, frei Theotônio de Santa Humiliana, deixou um relatório sobre a situação, escrito entre 1836 e 1838: “Vestirão-se os Religiosos, Escravos, e curarão-se os Enfermos. (...) Reedificaram-se os muros do convento do melhor modo possível. Pos-se hua grande escora de canela para amparar hua parede, e hum corredor, ou Quadra da parte do claustro. Fez-se um novo Portão para as senzalas. Comprou-se, e fica em poder do Ir. Syndico hum cavallo de sela. Comprarão-se bolças, saccos, e cangalha, e hum cavallo para cangalha, cujo cavallo o Escravo Martins hé que sabe o fim, que levou, ou que lhe deo, andando às esmolos. Fizeram-se duas escadas novas de tacoarania. Fica o convento provido de várias coisas que não havia e até mesmo dalgum mantimento para os primeiros dias do novo guardião. ...”⁵². Pelo que se percebe do relato, havia ainda a esperança e o esforço de que a situação poderia mudar. Mas, a decadência era irreversível⁵³.

O mesmo frei Theotônio, que foi Provincial entre 1847 e 1850, escrevia ao Ministro Geral, em 18 de outubro de 1848, expondo a situação geral da Província. Sobre o convento de São Boaventura, afirmava: “Este Convento é situado na Vila de Macacu na Província

⁵² ROWER, B., *Páginas...*, oc., 182.

⁵³ Uma lista com as alfaias do convento foi elaborada em 1841, no convento Santo Antônio do Rio. Sinal de que, nesta data, já não havia mais nenhum religioso em São Boaventura.

do Rio de Janeiro; é pequeno, velho, arruinado e caído quase todo: tem a parede da frente nova, feita há muito tempo. A sua Igreja é nova, mas arruinada no teto. Tem Ordem Terceira anexa; hoje não é frequentada, está abandonada com o Convento”⁵⁴. Afirmava também que não havia nenhum religioso no convento.

Em 1855 toda a cidade do Rio de Janeiro é abatida pela epidemia de *Cólera Morbus*, que se espalha pelo recôncavo da Guanabara. A mortalidade, principalmente entre os escravos é altíssima. A Vila de Santo Antônio também é atingida. O golpe de misericórdia vem com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo que ia de Porto das Caixas ao Arraial da Cachoeira, deslocando o eixo de circulação de pessoal e mercadorias para a nova Estrada de Ferro. Em 1875, a Vila de Santo Antônio de Sá foi anexada ao Município de Itaboraí.

Conclusão

As majestosas ruínas do convento de São Boaventura de Macacu, passados quase 350 anos de sua construção, permanecem como testemunho e símbolo da capacidade dos seres humanos de realizar obras que deem significado e sentido à própria existência, não obstante as imensas dificuldades e obstáculos. Ao contemplar as ruínas, perdidas na imensidão daquelas planícies, não podemos evitar de evocar as catedrais medievais. Tal qual aqueles monumentos de pedra, concebidos pelo engenho e pela arte humana, também nos “Sertões do Macacu”, homens e mulheres de todos os extratos, reunindo o que de mais nobre possuíam, trabalhando o que de melhor a natureza poderia oferecer, subjugaram o ambiente, para dar à luz arte, cultura e beleza. As pedras do convento, no silêncio das planícies, falam do carinho e do cuidado no corte da pedra, no entalhe da madeira, no trabalho de moldar a argila. Falam, sobretudo de vidas cheias de sentido, plenas de esperança e entusiasmo. Por isso são sinal eloquente de que, quando uma sociedade é movida por grandes ideais, consegue, mesmo contra todos os obstáculos, deixar sua marca na história.

⁵⁴ Arquivo Geral da Ordem dos Frades Menores, Roma, Itália, M/110 (Chile-Brasília - 1838-1869), f 744-748b v.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Geral da Ordem dos Frades Menores, Roma, Itália, M/110 (Chile-Brasília - 1838-1869), f 744-748b v.

Arquivo Geral da Província da Imaculada Conceição do Brasil, São Paulo, Gaveta Verde nº. 7, Pasta II: Macacu.

FONTES IMPRESSAS:

PIZARRO, José de Souza Azevedo, *O Rio de Janeiro nas visitas Pastorais de monsenhor Pizarro, Inventário de arte sacra fluminense*, vol. II, Rio de Janeiro, 2008.

Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Vol. II, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1945.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (citado RIHGB), *Correspondência de Várias Autoridades*, 65, Parte I (1902), 128-135.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

CABRAL, D. de Carvalho, *A bacia hidrográfica como unidade de análise*, in *Revista de História Regional* 12 (1): 2007.

ORTMANN, A., *Subsídios para a História da Província da Imaculada Conceição*, in «Vita Franciscana» I, janeiro (1930).

ROWER, B., *O Convento de santo Antônio do Rio de Janeiro*, Zahar, 4ª. Edição, 2008.

Páginas de história Franciscana no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1957.

História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Vozes, Petrópolis, 1951.

TITTON, G., *A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, São Paulo 1972.

ARQUIVOS ELETRÔNICOS:

[HTTP://WWW.UFJF.BR/HEERA/FILES/2009/11/ARTIGO_4.PDF](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ARTIGO_4.PDF).

<http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>,

<http://www.yumpu.com/pt/document/view/14172064/cadernos-proarq-11-proarq-ufrj>.

